

RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.491 - PR (2019/0002896-7)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : AIKO ISHIHARA
RECORRENTE : ANA LUCIA DE OLIVEIRA
RECORRENTE : SANDRA MARIA BETTEGA MORESSI
RECORRENTE : ALDO ADÉLIO WILLY
RECORRENTE : ANACLETO ROMAGNOLI FILHO
RECORRENTE : ANAMARIA GROSSKLAGS LOCATELLI
RECORRENTE : JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA
RECORRENTE : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA
RECORRENTE : RAQUEL RODRIGUES DE SOUZA
RECORRENTE : RAYNAL AUGUSTO COSTA
RECORRENTE : RENE JOACIR FOLDA FERREIRA
RECORRENTE : WALDUIR LUIZ FERRARI
ADVOGADOS : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA - PR019095
JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA - PR023510
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Aiko Ishihara e outros, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 1.900):

ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SERVIDORES PÚBLICOS. ANUÊNIOS. 1. É descabida a inclusão da vantagem de 28,86% (MP 1704/98) na base de cálculo dos anuênios, pois o referido reajuste já foi aplicado sobre o vencimento básico, retroagindo a janeiro de 1993. 2. Correta, também, a limitação da execução dos exequentes Aiko Ishihara e Rene Joacir para o período em que integraram o Ministério do Trabalho e Emprego. Isto porque o título judicial executado se origina de decisão proferida em ação coletiva ajuizada pelo SINDPREVS/PR, sob o nº 95.00.16271-7, objetivando a declaração do direito dos substituídos, servidores lotados junto ao Ministério do Trabalho, no Estado do Paraná, para fins de concessão de adicional por tempo de serviço. Por conseguinte, é indevida a inclusão do período em que os referidos servidores se encontravam lotados no INAMPS, em vista da limitação contida no título executivo.

Os embargos de declaração opostos contra a aludida decisão foram rejeitados, nos termos da decisão de e-STJ, fls. 2.001-2.005.

Os recorrentes alegam a existência de contrariedade aos arts. 85, §§ 2º, 3º e 4º, 86, parágrafo único, 141, 492, 502, 503 e 1.022, I e II, do CPC/2015; 1º e 2º da Medida Provisória n. 1.704-5/1998; e 2º da Lei n. 4.320/1964.

Superior Tribunal de Justiça

Sustentam que o Tribunal de origem incorreu em omissão ao deixar de examinar a legitimidade dos servidores Aiko Ishihara e Rene Joacir Folda Ferreira, uma vez que: i) já se encontravam lotados no Ministério da Saúde antes do trânsito em julgado da ação de conhecimento; ii) suas redistribuições se deram por exclusivo interesse da administração pública; iii) apesar de terem sido cedidos a outro órgão público da administração pública, quem lhes paga é a União.

Asseveram, de outra parte, pela inclusão do reajuste de 28,86% na base de cálculo dos anuênios entre janeiro de 1993 e julho de 1998.

Salientam a legitimidade ativa dos servidores Aiko Ishihara e Rene Folda Ferreira ao recebimento dos anuênios sobre a rubrica dos 28,86%, já que pertenciam ao Ministério da Saúde quando ainda tramitava a ação de conhecimento.

Foram apresentadas contrarrazões às e-STJ, fls. 2.107-2111.

É o relatório.

Assiste razão às partes recorrentes no ponto em que sustentam violação do art. 1.022 do CPC/2015, pois uma análise detida das decisões proferidas pelo Tribunal de origem, em cotejo com os recursos dos insurgentes (e-STJ, fls. 705-728, 1.918-1.925, 1.958-1.961), revela que houve omissão no acórdão combatido quanto aos seguintes pontos: i) os servidores já se encontravam lotados no Ministério da Saúde antes do trânsito em julgado da ação de conhecimento; ii) suas redistribuições se deram por exclusivo interesse da administração pública; iii) apesar de terem sido cedidos a outro órgão público da administração pública, quem lhes paga é a União.

Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a parte deve vincular a interposição do recurso especial à tese de ofensa ao art. 535 do CPC/1973 quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o Tribunal *a quo* se mantém em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, ou, ainda, quando persista desconhecendo omissão ou contradição arguida como existente no *decisum*.

Por estar configurada a agressão ao disposto no art. 535 da legislação processual, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios sejam sanados.

A propósito:

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. ART. 535 DO CPC/73. VIOLAÇÃO. OMISSÃO EXISTENTE. QUESTÃO RELEVANTE PARA A SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

I - Na origem, cuida-se de ação ajuizada em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando o restabelecimento de auxílio-doença.

II - Caracteriza-se ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem deixa de se pronunciar a respeito de questão essencial ao julgamento da lide, a qual poderia, em tese, levar a resultado diverso.

III - Recurso especial provido para determinar o re julgamento dos embargos

de declaração pelo Tribunal de origem.

(REsp 1.692.430/MG, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO CÍVEL E EFEITO TRANSLATIVO DA REMESSA NECESSÁRIA. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. LEGITIMIDADE PASSIVA DO SÓCIO. MATÉRIA RELEVANTE. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO. CONTRARIEDADE AO ART. 535, II, DO CPC/1973. NULIDADE.

1. A análise das decisões proferidas pelo Tribunal de origem, em cotejo com os recursos da Fazenda Nacional, revela que houve omissão no acórdão combatido quanto à ilegitimidade passiva. Por tratar-se de uma das condições da ação, é matéria de ordem pública cognoscível a qualquer tempo e grau, sendo insuscetível de preclusão nas instâncias ordinárias.

2. Não havendo a Corte local se pronunciado a respeito de referida alegativa, caracteriza-se afronta ao art. 535 do CPC/1973 e impõe-se a anulação da decisão proferida nos embargos, a fim de que outra seja prolatada com apreciação da questão.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.448.327/SP, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/8/2018, DJe 22/8/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. QUESTÕES RELEVANTES SUSCITADAS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. RETORNO DOS AUTOS À CORTE DE ORIGEM.

1. Incide em violação ao art. 535, II, do CPC/1973 o órgão julgador que, instado a se pronunciar sobre questão relevante para o deslinde da controvérsia, permanece silente a seu respeito, causando prejuízo ao embargante.

2. Deve-se reconhecer a existência de omissão no acórdão impugnado; daí a necessidade de que seja proferido novo julgamento dos Embargos, examinando-se, desta vez, os pontos apresentados pelos recorrentes, em especial a ausência de análise do pedido alternativo formulado na inicial.

3. Recurso Especial provido, determinando-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que se manifeste sobre os pontos suscitados nos Aclaratórios.

(REsp 1.696.376/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 19/12/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado em declaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro

